

O acervo do centro de documentação da UNISC

Olgario Paulo Vogt / UNISC

Resumo: O Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul foi implementado em 1998. Desde então, passou a reunir fontes documentais de diferentes tipologias. O presente texto tem por objetivo socializar o trabalho de organização do acervo existente no CEDOC da UNISC e divulgar alguns tipos documentais encontráveis nos cinco fundos que atualmente o integram.

Palavras-chave: Acervo documental. Centro de Documentação. Fontes históricas.

Introdução

Na sua caminhada, a experiência humana tem produzido um grande número de registros que testemunham e indicam a sua imensa diversidade e os diferentes caminhos trilhados ao longo do tempo. Possivelmente foram os gregos, nos séculos V e IV aC, que passaram a reunir parcela desses registros sistematicamente, o que deu origem aos arquivos.¹ Apesar de as sociedades humanas há muito tempo reunirem e protegerem registros de seu passado, há que se considerar que o que sobreviveu como memória coletiva de tempos passados não foi o conjunto dos monumentos e dos documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas forças políticas que operaram em cada época histórica.²

Os registros da atividade humana, em toda a sua complexidade, constituem o que denominamos de documentos. Tecnicamente, o documento é conceituado “como o conjunto da informação e seu suporte”.³ A revolução documental promovida por historiadores durante o século XX, principalmente a partir da Escola dos *Annales*, ampliou e incorporou ao universo das fontes documentais uma série de documentos não-escritos, tais como pinturas, discos de músicas, vídeos de conferências, fotografias, filmes, cartazes, móveis, indumentárias, prontuários médicos, legislações, depoimentos orais e outros. Nesse sentido, Rousso define fontes documentais como sendo:

[...] todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservam, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para

¹ SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*; princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

² LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.

³ TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2003. p. 11.

frente, virtuais (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) –, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa.⁴

São quatro os tipos de entidades responsáveis pela guarda, pela manutenção e pela disponibilização ao público de registros documentais: o museu, a biblioteca, o arquivo e os centros de documentação.⁵ Cada uma dessas entidades repositórias de acervos documentais difere no que tange ao tipo de documento que guardam e quanto aos procedimentos técnicos que adotam no gerenciamento do seu acervo.

Os centros de documentação

O centro de documentação pode ser considerado como uma entidade mista, híbrida, sendo quase uma mescla das outras três. Os acervos de um centro de documentação podem ser adquiridos por compra, doação ou permuta e, normalmente, são de origem diversa. Os centros de documentação têm por características:

[...] possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;

- ser um órgão colecionador e/ou referenciador;
- ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;
- possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada;
- realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.⁶

Ou seja, devido à diversidade da documentação reunida, os centros de documentação extrapolam o universo documental dos museus e das bibliotecas e se aproximam do perfil dos arquivos na medida em que custodiam conjuntos arquivísticos relacionados com os temas em que estão especializados. Os centros não somente guardam e preservam acervos documentais, mas tem por finalidade apoiar a pesquisa. Acervo oriundo de diferentes fontes geradoras, de suporte diverso e com foco na especialidade temática (não guardar qualquer tipo de documento) são as características fundamentais dos centros de documentação.

⁴ ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, 2006 p. 86.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991, p. 14.

⁶ TESSITORE, Op. Cit. p. 14.

3

No Brasil, nas últimas décadas, afora o poder público nas suas diferentes esferas, também a sociedade civil tem desempenhado um importante papel na produção e no registro de conhecimentos gerados por diferentes atores sociais. A participação da sociedade civil organizada na organização de centros de documentação colaborou, indiscutivelmente, para a democratização da informação.⁷ Nesse sentido, várias universidades, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e fundações têm envidado esforços na criação de centros de preservação da memória e da história.

Os centros de documentação no país surgiram a partir das décadas de 1970, 1980 e tiveram seu grande *boom* de criação durante a década de 1990. Eles normalmente estão ligados a universidades, fundações ou movimentos sociais. Nas universidades eles surgiram com duas finalidades principais: preservar a própria memória da instituição e reunir fontes documentais para possibilitar o desenvolvimento de pesquisas da comunidade acadêmica.⁸

São, portanto, dois os motivadores principais, que atuando combinados, explicam a razão da proliferação desses chamados “lugares de memória”.

Um desses motivadores diz respeito à precariedade ou a inexistência de arquivos públicos, principalmente nos municípios do interior dos Estados desse imenso e diverso país-continente. No Brasil, os arquivos públicos mais bem organizados pertencem, via de regra, aos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo no âmbito nacional e estadual.⁹ Geralmente, as capitais dos Estados estão razoavelmente servidas de repositórios para a guarda documental. O mesmo, entretanto, não se pode afirmar no que concerne aos municípios. Os arquivos, quando aí existentes, funcionam com muita precariedade. Isso não raras vezes ocasiona perdas irreparáveis de fontes de pesquisa.

Nos últimos decênios, muitas Universidades começaram a bancar atividades de organização, de preservação e de divulgação do acervo cultural que passaram a reunir. Coube ao CEPEDOC da Fundação Getúlio Vargas e ao Arquivo Edgar Laurenroth, da UNICAMP,

⁷ LOPES, Aline Moreira; PIMENTA, Cristina (Org.). *Como montar um centro de documentação: democratização, organização e acesso ao conhecimento*. Rio de Janeiro: ABIA, 2003. p. 7.

⁸ ARAUJO, Ângela Maria Carneiro, BATALHA, Cláudio. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Lauenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999; CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999.

⁹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PISNSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 50.

4
papel pioneiro nesse tipo de trabalho.¹⁰ Mas a exemplo dessas e de dezenas de instituições, também a UNESP, em 1987, implantou o CEDEM, a UNB, em 1986, criou seu CEDOC, a Universidade Estadual de Londrina implementou seu CDPH. Todavia, o número de centros de documentação, centros de memória e ou de grupos que atuam neste campo pode ainda ser considerado pequeno e disperso. Até o momento não se sabe com exatidão quantos são e nem onde estão localizados tais centros, o que indica a necessidade de um levantamento dessas iniciativas espalhadas por todo o país.¹¹

Os acervos organizados e tornados disponíveis à consulta nos centros de documentação passaram a servir de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos das áreas das ciências humanas e das sociais aplicadas da comunidade acadêmica. Com isso, além de serem preservadas fontes documentais originais, trouxe-se para perto do pesquisador o material necessário para o desenvolvimento de suas pesquisas.¹²

Via de regra, os centros de documentação universitários surgem com a finalidade de dar ênfase à memória regional e para pôr sob sua proteção a memória e a documentação da própria instituição, que foi gerada ao longo do tempo. Foi assim que os centros de memória e documentação tornaram-se característicos das universidades brasileiras. As finalidades dos centros são idênticas as dos arquivos, ou seja, constituem-se em base do conhecimento da história e têm como função tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.¹³

A valorização da História e da memória

Um segundo motivador da proliferação desses espaços de “lugares de memória” diz respeito a um fenômeno internacional indiscutível que se iniciou no final do século XX. É a extraordinária valorização da memória, do patrimônio histórico e da história. A partir da década de 1980, nos Estados Unidos e em países da Europa, comemoram-se datas nacionais (como, por exemplo, a da queda da Bastilha, na França); memoriais são construídos (entre outros para lembrar do Holocausto judeu. Esses, indiscutivelmente, têm um caráter pedagógico de indução comportamental, além de visar ao efeito moral da correção e da

¹⁰ ARAUJO, Â.; BATALHA, C. Op. Cit.

¹¹ BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Centros de documentação e memória da educação: perspectivas de pesquisa para história da educação. *Horizontes*, v. 23, n. 2, jul. dez. 2005. p. 147.

¹² CAMARGO, C. Op. Cit.

¹³ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 20.

5

reparação); velhos centros urbanos são restaurados; e documentários históricos são produzidos. Nos países do Leste da Europa, questões relacionadas à memória e ao esquecimento dela ocupam posições centrais. Enfim, o mundo, conforme afirma Huysen,¹⁴ está sendo musealizado.

No Brasil, no meio acadêmico, passou a haver uma profícua produção historiográfica sobre o centenário da abolição da escravidão; sobre o centenário da Proclamação da República; sobre os quinhentos anos de Descobrimento da América; sobre os Quinhentos Anos de Descobrimento do Brasil; florescem em todos os lugares estudos de genealogia; festas de família são realizadas em profusão. Afirma François Hartog¹⁵ que as comemorações passam a definir um novo calendário da vida pública, impondo seu ritmo e suas datas.

A obsessão pelo passado fez com que fosse criado um verdadeiro mercado da memória (e por mais que se possa desejar, parece que contemporaneamente não há qualquer espaço para a cultura fora do mercado). A indústria da memória, ao que tudo indica, é uma decorrência da globalização, da revolução tecnológica, da mídia de massa, dos novos padrões de consumo e da mobilidade que transformaram a temporalidade das vidas. A aceleração contemporânea do tempo e da própria história banaliza a invenção, faz suceder alucinantemente os engenhos e dá aos homens a sensação de que o presente lhes foge, desorientando os espíritos e alterando a percepção da história.¹⁶ Ao mesmo tempo, o meio técnico-científico-informacional aproxima os lugares, fazendo com que os espaços e os indivíduos, em graus diversos, estejam integrados no sistema-mundo.

Para se opor ao efeito devastador e desintegrador da aceleração da história, segurar traços e vestígios do passado passou a ser uma necessidade vital. A preservação da memória coletiva é elemento indispensável para a coesão e identificação de grupo. Como nunca antes, esse parece ser também um período em que tradições são inventadas.¹⁷ Os novos desafios impostos pela globalização, pelos meios de comunicação de massa e pelo multiculturalismo fizeram multiplicar, também, os “lugares de memória”. Foi o historiador francês Pierre Nora

¹⁴ HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 15.

¹⁵ HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, n.7, julho de 1997. p. 16.

¹⁶ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hicitec, 1997. p. 30.

¹⁷ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

6
quem forjou a expressão “lugares de memória”.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.¹⁸

No mundo globalizado, como as sociedades precisam de uma ancoragem temporal e espacial, as práticas das memórias nacionais e locais passam a ganhar força. Observe-se que as comemorações ou reflexões sobre o passado são sempre nacionais – quando não locais –, mas nunca de conteúdo internacional. Dessa forma, “práticas de memória nacionais e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização com sua negação de tempo, espaço e lugar”.¹⁹ Daí porque também, em ambientes democráticos, consegue se impor a defesa da diversidade cultural.

A proliferação recente dos centros de documentação está, portanto, também diretamente conectada com essa valorização da memória provocada pela aceleração da história.

O CEDOC da UNISC

De uma maneira geral, são competências de um Centro de Documentação:

- reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização;
- estabelecer uma política de preservação de seu acervo;
- disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público;
- divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado;
- promover intercâmbio com entidades afins²⁰.

Definir claramente as linhas temáticas em torno das quais dão-se a formação e a ampliação do acervo de um centro de documentação é fundamental. Quando um centro reúne uma excessiva diversidade de áreas, perde, aos poucos, sua identidade, dificultando a precisão dos objetivos e ações. O CEDOC da UNISC, desde a sua implantação, ajustou seu foco na preservação da história e da memória da região em que atua. Foi nesse sentido que se propôs a

¹⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, p. 13.

¹⁹ HUYSSSEN, Op. Cit. p. 36.

²⁰ Tessitore, 2003, p. 15-16

7

reunir, classificar, preservar e colocar à disposição do público em geral fontes documentais de tipologia e suporte diversos que fazem referência à cultura, à economia e ao comportamento dos diversos grupos sociais que originaram a sociedade do vale do Rio Pardo.

O CEDOC da UNISC foi criado em 1998, a partir da documentação remanescente da Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, a primeira cooperativa de produtores rurais existente na região, fundada em 1913. Mesmo com todas as limitações de pessoal e de espaço físico, o CEDOC, ao longo dos últimos 10 anos, tornou-se responsável pela guarda e pela conservação de um respeitável conjunto de acervos documentais.

Dentre as dificuldades existentes para o cumprimento das suas finalidades, o maior gargalo já foi desobstruído. O problema da falta de espaço físico adequado para a guarda e o manuseio da documentação do acervo foi resolvido no final de 2007, quando o CEDOC passou a ocupar as suas novas e definitivas dependências junto ao Memorial da UNISC. A limitação financeira e de recursos humanos é, entretanto, um entrave que ainda perdura.

Atualmente está sendo desenvolvido no CEDOC um projeto que visa informatizar e arranjar em fundos, séries e sub-séries o seu acervo documental e bibliográfico. Dada a amplitude do projeto e levando em consideração que o trabalho em um centro de documentação, em um arquivo histórico, em uma biblioteca ou mesmo em um museu nunca está findo, tem-se consciência de que apenas os primeiros passos nesse sentido foram efetivamente dados. Esse é um projeto de fôlego que precisa de continuidade e persistência.

Metodologicamente, a documentação existente está sendo arranjada em fundos documentais obedecendo ao critério da procedência. Cada um dos cinco fundos está sendo subdividido em séries, sub-séries, seções e coleções, formando seqüências documentais. Aí vai se enquadrando cada um dos documentos existentes, sempre obedecendo à regra geral de ordenação da documentação de acordo com a estrutura original do órgão produtor, sua função e o tipo documental. Isso porque, atualmente, não é mais possível conceber a organização de arquivos permanentes a partir do critério cronológico, por assuntos, pelo suporte material ou outro qualquer. De há muito está estabelecido que a questão do levantamento dos assuntos e de outras informações contidas nos documentos resolve-se pelos índices dos instrumentos de pesquisa, cuja elaboração é tarefa da descrição e não do arranjo dos arquivos.²¹

²¹ BELLOTTO, H. Op. Cit. p. 79.

8

São cinco os fundos documentais em que está sendo arranjada a documentação sob a custódia do Centro:

- **Fundo Mauá.**

Em fins de 2006, o CEDOC passou a custodiar o acervo do Arquivo Histórico do Colégio Mauá. A origem desse acervo data de 1966, quando houve a criação do Museu do Colégio Mauá, de Santa Cruz do Sul. Em 1981, ocorreu o desmembramento do acervo entre o Museu e o Arquivo. Nessa ocasião, o Arquivo ficou com a maior parte das fontes documentais escritas e fotográficas que até então estavam sob a guarda do Museu. Esse acervo engloba um patrimônio cultural de inestimável valor. Estão aí agrupados os jornais brasileiros impressos no idioma alemão *Kolonie* (1891-1941), *Fortschritt* (1902-1904), *Santa Cruz Anzeiger* (1905-1908), *Neue Zeit* (1929-1932) e *Volksstimme* (1930-1939); a coleção da Gazeta do Sul (1945 até os dias atuais); os Cadastros dos lotes coloniais das colônias de Santa Cruz e de Monte Alverne realizados por Carlos Trein Filho a partir de 1876; milhares de fotografias de indivíduos, de famílias, de prédios, de rituais, encontros sociais, e de cenas do cotidiano; documentos de família dentre os quais certidões de batismo, de confirmação e de casamento, salvo-condutos, títulos de eleitor, certificados de reservista e passaportes; documentos de sociedades desportivas e recreativas; mensagens e relatórios orçamentários encaminhados pela municipalidade de Santa Cruz ao Conselho e à Câmara Municipal; relatórios de indústrias; o Diário de August Hennig, de 27 volumes; e livros e outros documentos que retratam a história de Santa Cruz e da região e a colonização alemã no Estado.

- **Fundo Pellanda.**

O acervo da família Pellanda veio se somar ao CEDOC durante o ano de 2006. O fundo Pellanda possui, basicamente, duas tipologias documentais: **a) Livros**, que envolvem diferentes áreas do saber, destacando-se os relacionados com a História, com a Economia, com a Sociologia e com a Literatura do Rio Grande do Sul. Há, nesse fundo, livros que podem ser qualificados como muito raros, publicados em inícios até meados do século XX; **b) periódicos**, dentre as quais se destacam a Revista do Globo, que circulou nas décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950; a Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; a Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; o Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul; a Revista

9

Província de São Pedro; o Boletim Municipal de Porto Alegre; a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo; a Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul; a Revista Samaritana do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; a Revista de Psico Análisis; e a Revista Parati.

- **Fundo Cooperativas**

Engloba documentos diversos de cooperativas existentes na região. O acervo mais significativo pertenceu à Cooperativa Agrícola Rio Pardo, cujas atividades se desenrolaram entre 1913 e 1995. Estatutos, livros de atas, livro de matrícula de associados, livros-caixa e relatórios de atividades são alguns dos documentos que se encontram nesse fundo documental.

- **Fundo Ensino Superior em Santa Cruz do Sul.**

Reúne a documentação histórica e um enorme acervo fotográfico gerado a partir de 1962, quando da criação da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (APESC). Incluem-se aí os livros de atas dos Conselhos da APESC e documentos diversos de suas mantidas: Faculdade de Ciências Contábeis (1964-1992); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1967-1992); Faculdade de Direito (1968-1992); Escola Superior de Educação Física (1970-1992); Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (1980-1993); e Universidade de Santa Cruz do Sul (a partir de 1993).

- **Fundo CEDOC**

Integram esse fundo uma série de documentos, dentre os quais um acervo de microfilmes composto de Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; dos Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e do jornal “A Federação”; um acervo fotográfico que retrata diferentes momentos e monumentos de Santa Cruz do Sul; a coleção do Jornal A Folha de Rio Pardo (1957-2001); o periódico Skt. Paulusblatt (1949-1979); o Jornal Peleia; a Revista Alto Falante; vários maços de jornais de grupos de esquerda editados no Brasil nas décadas de 1970 e 1980; uma série de documentos pertencentes a famílias; monografias e livros que dizem respeito à região do Vale do Rio Pardo; e um banco de entrevistas de história oral.

No que diz respeito à informatização que está ocorrendo, essa não pode ser confundida com a digitalização da documentação. Contemporaneamente, é imprescindível que a informação procurada retorne em forma de resultados o mais rápido possível e de maneira

10

relevante para o consulente. Nesse sentido, foi desenvolvido pelo setor de informática da UNISC um *software* no qual é digitado uma série de dados a respeito de cada um dos documentos (procedência, informação contida, doador, ano de produção, finalidade). Depois é atribuído a cada documento um código de referência e de localização no acervo passando, então, ao acondicionamento em unidades de arquivamento. O programa de computador, utilizando estruturas de tesouros, recupera rapidamente as informações digitadas sobre o acervo.

Considerações finais

A razão de existência de um centro de documentação em uma Universidade normalmente está ligada a duas motivações principais: preservar a própria memória da instituição e servir de suporte para o ensino e a pesquisa. Entretanto, para que os documentos possam cumprir sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis.

A importância do desenvolvimento do projeto de organização do acervo não reside, exclusivamente, na implantação de condições infra-estruturais no CEDOC da UNISC. O projeto vai mais longe. Objetiva, também, em seu escopo mais amplo, incentivar a comunidade a preservar sua história e sua memória e, através do trabalho sério realizado, adquirir a confiança da comunidade. Uma vez adquirido o respeito e a confiança da sociedade, novas fontes documentais, certamente, serão doadas à Universidade.

O projeto em andamento envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé que engloba as funções básicas de uma Universidade. A função pesquisa fica perceptível nos estudos que são feitos para a organização do acervo em fundos, séries e subséries, na informatização dos dados e na elaboração dos meios de busca e de recuperação dos registros da documentação existente no acervo. A função ensino ocorre quando a documentação é utilizada para a formação do aluno de graduação. A função extensão, que é a parte mais visível de um centro de documentação, se dá quando o acervo é colocado à disposição da comunidade universitária e da comunidade em geral para fins de consulta e quando da realização de atividades de educação patrimonial. O que dá personalidade à Universidade, que avança contínua e progressivamente, é a comunicação constante entre a atividade didática e a atividade de pesquisa e de extensão.

O CEDOC possui vínculos diretos com o ensino de graduação. Vários são os alunos,

11

de diferentes cursos da Instituição, que podem fazer uso da documentação existente no Centro para realizarem trabalhos de disciplinas ou para fazerem trabalhos de conclusão de curso de graduação. Mas o acervo pode ser explorado, também, por professores para ilustrar e dinamizar suas aulas. A utilização de fotografias, de mapas antigos, de exemplares de jornais, de revistas ou de documentos de diferentes tipologias são recursos dos quais docentes de diferentes disciplinas e cursos podem se valer.

Na pós-graduação, o acervo organizado do CEDOC contribui para que alunos desenvolvam monografias de especialização, dissertações de mestrado ou teses de doutorado. A documentação atualmente existente no CEDOC já auxiliou muitos alunos da UNISC e de outras Universidades na realização de suas pesquisas. Agora, na medida em que o acervo passar a estar melhor organizado e o acesso à documentação facilitado, a tendência é que ele possa ser muito mais e melhor explorado.

Resumindo, todo o cuidado com a documentação do acervo visa garantir sua preservação e facilitar o acesso ao mesmo para que os documentos venham a ser acessíveis ao uso e para tornar-lhes conhecidos a natureza e o conteúdo.²²

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro, BATALHA, Cláudio. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Lauenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999. p. 65-77.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PISNSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Centros de documentação e memória da educação: perspectivas de pesquisa para história da educação. *Horizontes*, v. 23, n. 2, jul. dez. 2005. p. 147-155.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991,

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, nº 31, p. 67-175, jan./jun. 2002.

²² SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. p. 89.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999. p. 49-63.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, n.7, julho de 1997. p. 7-28.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.

LOPES, Aline Moreira; PIMENTA, Cristina (Org.). *Como montar um centro de documentação: democratização, organização e acesso ao conhecimento*. Rio de Janeiro: ABIA, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, p. 7-28.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hicitec, 1997.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos; princípios e técnicas*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2003.